

A PARTICIPAÇÃO DE MENINOS E MENINAS NOS PROJETOS SOCIAIS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE FLORIANÓPOLIS

Julia Mara Pegoraro Silvestrin¹
Maria do Carmo Oliveira Saraiva²

RESUMO

Compreendendo que o corpo em movimento estabelece relações de gênero que refletem na percepção que cada indivíduo tem de si ao se movimentar e entendendo esporte e lazer (direitos estabelecidos pelo Estado) como importantes expressões da cultura de movimento, investigamos, através de entrevistas semiestruturadas e observações, a participação de meninos e meninas como beneficiários e beneficiárias em projetos sociais de políticas públicas de esporte e lazer da Fundação Municipal de Esportes de Florianópolis/SC. Concluindo que o esporte na Fundação não se afasta do esporte de rendimento, percebemos elementos mantenedores da relação social de poder do homem sobre a mulher.

Palavras-chave: Relações de Gênero; Esporte e Lazer; Projetos Sociais.

-
- 1 Licenciada em Educação Física pela UFSC. Mestranda do PPGEF/UFSC na área de Teoria e Prática Pedagógica em Educação Física. É integrante do Grupo de Estudos em Gênero e Dança GEDA/UFSC. Contato: juliampsilvestrin@gmail.com.
 - 2 Doutora em Motricidade Humana pela Universidade Técnica de Lisboa. Professora associada da Universidade Federal de Santa Catarina atua no Mestrado em Educação Física nas linhas de pesquisa: "Teorias sobre o Corpo e o Movimento Humano" e "Esporte e Lazer em Culturas Contemporâneas". É coordenadora do Grupo de Estudos de Gênero e Dança (GEDA) e membro do Núcleo de Estudos Pedagógicos em Educação Física (NEPEF), da UFSC. Contato: marcarmo1952@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Ao longo da história as mulheres foram privadas de muitas práticas esportivas devido às suas condições biológicas. Associadas à ideia de que toda sua existência deveria ser destinada a cuidados maternos, para com o lar e com o marido, as características associadas à feminilidade passaram a ser menos valorizadas que aquelas associadas à masculinidade. Essa construção social, que determina o que é próprio para cada sexo, baseada em condições biológicas, define o conceito de relações de gênero, segundo Scott (1990), e a distinção de valores entre as características atribuídas a cada sexo estabeleceu uma relação de poder de um sexo sobre o outro.

Como o masculino comporta características que o esporte atual exige, o campo esportivo se tornou mantenedor dos estereótipos masculinos. Sabendo da importância do esporte e do lazer como expressões da cultura de movimento, e levando em consideração que são direitos estabelecidos pelo Estado, propomos, neste trabalho, investigar a participação de meninos e meninas como beneficiários e beneficiárias em projetos sociais de políticas públicas de esporte e lazer da Fundação Municipal de Esportes (FME) de Florianópolis (SC).

A opção por pesquisar diretamente os projetos sociais se deu pelo fato de que a FME não apresentou um programa social, ao qual seus projetos fossem vinculados. Segundo Armani (2000), há três níveis de formulação da ação social: política, programa e projeto. A política compõe grandes objetivos e eixos estratégicos de ação; o programa traduz as políticas em ações temáticas, constituindo atividades oferecidas continuamente; o projeto é entendido como

nível de ação concreta, onde as políticas e os programas podem ser realizados num determinado período de tempo, espaço e recursos existentes.

O projeto que constituiu o foco da pesquisa foi o Projeto de Integração pelo Esporte (PIPE). Esse projeto interessou e foi escolhido porque proporcionava uma modalidade coletiva, o voleibol, para o sexo masculino e o feminino. No coletivo, por meio das relações que estabelecemos, estamos produzindo e reproduzindo discursos e gestos que vêm de aprendizados socioculturais, e a escolha por uma prática que fosse proporcionada tanto aos meninos quanto às meninas foi compreendida como forma de tentar compreender quais as semelhanças e diferenças que se dão no trato com grupos de meninos, grupos de meninas, e em grupos mistos.

O PIPE configura-se como um projeto de ação social destinado a crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social em Florianópolis (SC), com o intuito de promover a inclusão social e é fruto de uma parceria entre a FME e duas empresas privadas (uma da área de soluções de tecnologia da informação e outra da área farmacêutica, que conta com uma equipe da elite do voleibol masculino nacional).

A partir do objetivo geral, surgiram três objetivos específicos: refletir sobre as relações de gênero e o esporte no Projeto Integração pelo Esporte (PIPE); compreender a ótica dos professores/e ou coordenadores sobre as relações de gênero nos quatro Projetos Sociais da FME; compreender as diferenças e semelhanças da participação de meninos e de meninas nas atividades do projeto observado.

A seguir expomos o referencial teórico que subsidiou a pesquisa e na sequência

fazemos as considerações metodológicas, para, após apresentarmos a análise dos dados.

GÊNERO E POLÍTICA

A luta das mulheres por condições de vida semelhantes às dos homens, mostrando que não deveria haver prevalência de um sexo sobre o outro, catapultou as teorias e pesquisas que redundaram no desenvolvimento do conceito de gênero, uma categoria analítica que explica como as relações entre homens e mulheres se articulam e como são naturalizadas pela constância da prática e do discurso (SCOTT, 1990).

Segundo a estrutura do discurso ocidental baseada em dicotomias (SCOTT, 1999), nas quais os termos relacionados ao universo masculino assumiram superioridade em relação aos termos relacionados ao universo feminino (como sendo o oposto), numa linguagem de dominação, geraram-se sentidos valorativos distintos que se transformaram em desigualdades. Às mulheres couberam papéis e espaços privados, onde se atribuíram características que assumiram o sentido de inferioridade, sendo menos valorizadas que as características atribuídas ao homem, que historicamente assumiu o lugar público, espaço esse entendido como aquele em que a ação e o discurso de cada sujeito podem ganhar efetividade na construção de um mundo comum. Assim, o homem assumiu a política.

Leis e opiniões refletiam a concepção de que a mulher não era considerada cidadã, não tendo, portanto, direitos políticos e sociais. Dessa forma, como categoria política, gênero serve, também, para analisar a questão da igualdade e da diferença, o que leva ao apontamento para outra perspectiva

de interpretação e transformação da realidade social (ARAÚJO, 2005).

Para Scott (2005, p.15), a igualdade “não é a ausência ou a eliminação da diferença, mas sim o reconhecimento da diferença e a decisão de ignorá-la ou de levá-la em consideração”, o que supõe que podemos minimizar ou ignorar algumas diferenças enquanto que outras podem ser maximizadas e postas a se desenvolver. Nesse sentido, a autora defende a desconstrução da oposição binária “igualdade/diferença”, pois não podemos optar de uma vez por todas pela igualdade ou pela diferença, visto que somos iguais enquanto seres humanos e diferentes quanto ao sexo. Dessa forma, acredita-se válida a busca de equidade de gênero, que implica afirmar a igualdade de direitos e oportunidades (SCOTT, 1999).

Um equívoco no discurso da diferença macho-fêmea é que esse discurso oculta as diferenças entre os mesmos sexos, dando a entender que todas as mulheres são iguais, ou que todos os homens são iguais, no que diz respeito ao comportamento, caráter, desejo, subjetividade, sexualidade, identificação de gênero e experiência histórica. Nega-se aí, a diversidade de identidades de mulheres e homens, que é o que supera a classificação feminino/masculino. Desconstruindo a diferença binária, se daria lugar às diferenças múltiplas, e assim se fugiria da disjunção igualdade ou diferença (SCOTT, 1999).

RELAÇÕES ENTRE GÊNERO, ESPORTE E LAZER

Servindo como uma fundação do privilégio e da ideologia da masculinidade, o esporte exclui a mulher (DEVIDE, 2005). Ele, o esporte, enfatiza qualidades

instrumentais de dominância, competitividade, agressividade, risco, características essas tradicionalmente valorizadas no desenvolvimento do homem, excluindo, no âmbito do movimento, qualidades expressivas como improvisação, submissão e dependência, relacionadas culturalmente com as mulheres. Aí se estabelece um elo de gênero entre esporte e masculinidade.

Na virada do século XIX, a prática feminina de esporte no Brasil começa a ganhar certo espaço na sociedade brasileira. Através do discurso médico, higienista e eugênico surgiu a preocupação com a importância de um corpo de mulher forte e saudável para a geração de filhos também fortes e saudáveis. Aliada a esse discurso, associou-se também a estética: a mulher devia ser saudável e bela, e conseguiria esses atributos através da prática de exercícios físicos. A entrada da mulher brasileira nesse mundo de práticas até então tidas masculinas se deu primeiramente na elite da sociedade, influenciada pelo modo de vida europeu, como meio para ascensão social (DEVIDE, 2004; GOELLNER, 2005).

Atenta à modernização, a sociedade brasileira passou a ocupar mais o espaço público. Multiplicaram-se os clubes recreativos, as demonstrações atléticas, parques de lazer, campos de futebol, e as práticas de movimento passaram a ocupar as horas do lazer (GOELLNER, 2005). Todavia, foi nos Clubes, também, que se instituiu uma visão de esporte de rendimento. Quando o esporte de competição foi transformado em instrumento político e atividade comercial, ele deixou de ser apenas assunto dos clubes (TUBINO, 1988).

Na segunda metade do século XX, em 1961 houve a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases para a educação brasileira

e nela a inclusão obrigatória da educação física na escola. Porém, mesmo com a obrigatoriedade da educação física escolar e o fenômeno do esporte como conteúdo das aulas, as oportunidades de movimento das meninas ainda eram restritas. De 1941 a 1975, no Brasil, vigorou o Decreto Lei 3.199, que estabelecia as bases da organização dos esportes e incluía um artigo colocando que às mulheres não se permitia a prática de esportes *“incompatíveis com as condições da sua natureza”* (ADELMAN, 2003, p.447) e esses esportes foram discriminados entre os permitidos ou proibidos.

Percebemos, então, que esporte e sociedade constituem-se mutuamente, conforme afirma Plessner (apud SARAIVA, 1999, p.81): *“A busca do recorde no esporte é a busca do recorde na sociedade. [...] O esporte é a imagem da sociedade e esta é o mundo do esporte, e o juízo que o denuncia ou o enaltece, denuncia ou enaltece a sociedade”*.

A percepção que os indivíduos têm de si próprios e dos outros é influenciada pelos estereótipos que influem nas relações interpessoais. Em termos de forma, tamanho, postura e movimento se padronizam o corpo feminino e essa forma feminina de estar no espaço é de limitação em vez de expansão. A possibilidade de superação desses limites, entendemos, seria a ampliação das vivências de movimento, para além da prática dos esportes, pois como conteúdo da educação física escolar, o esporte influencia sobremaneira na socialização para as práticas corporais, esportivas e de lazer (SARAIVA, 1999).

O lazer pode ser entendido como um conjunto de atividades culturais lúdicas,

com sentidos e significados pessoais e que englobam diferentes interesses humanos, realizados na busca pelo prazer e podendo acontecer no tempo livre das obrigações cotidianas (ANDRADE DE MELO; ALVES JÚNIOR, 2003).

A Constituição de 1988 define o lazer como direito social (sexto artigo do segundo capítulo). Da mesma forma como o lazer recebeu respaldo constitucional, o esporte aparece no artigo 217 do terceiro capítulo e oitavo título como: “*É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um*”. Sendo as práticas formais caracterizadas por regulamentos e normas nacionais e internacionais, dentro de cada modalidade; e as não-formais, caracterizadas pela liberdade lúdica de seus participantes, incluindo-se aí a prática de esporte de participação (BRASIL, 1988).

Esperamos, portanto, que estes direitos sejam assegurados a todos e a todas, sem privilégios de um grupo sobre outro. Entretanto, esporte e lazer não devem ser vistos apenas como objetos de direito, mas também como importantes manifestações da cultura de movimento e que constituem a herança social.

Portanto, se os/as professores/as negligenciarem a preparação das aulas de educação física para as meninas estarão negligenciando as próprias meninas, porque estarão considerando que o esporte é menos importante para elas que para os meninos e isso pode fazer com que se desinteressem pela prática das modalidades trabalhadas em aula, não ampliando suas vivências de movimento e capacidades motoras e não desenvolvendo, também, condições para praticar o esporte em seu lazer (SARAIVA, 1999).

POLÍTICAS PÚBLICAS E PROJETOS SOCIAIS DE ESPORTE E LAZER

Entendemos por políticas públicas as estratégias e intervenções do governo, com e para a população, a fim de alcançar resultados que garantam a cidadania de todos e todas. Os atos, e também os não-atos, do governo indicam que as políticas públicas implicam em escolhas e decisões que atendem interesses diversos, devendo ser entendidas em situações específicas relacionadas à construção social (MENICUCCI, 2006).

Dulce Suassuna et. al (2007), acredita que propostas de políticas públicas devem assumir a existência de conflitos, de diferenças sociais de classe, gênero, etnia, entre outros, pois negando-as adotam posições autoritárias nas intervenções.

Com o crescimento das desigualdades sociais, os problemas nas comunidades periféricas brasileiras se tornaram mais visíveis. Surgiram então, a partir da exposição e da amplitude desses problemas, as “comunidades socialmente vulneráveis” ou “em situação de risco” e, como uma ação urgente, com o objetivo de transformação social, surgiram inúmeros projetos que, por meio de atividades artísticas, musicais e esportivas, objetivam eliminar ou diminuir os problemas das comunidades. Porém, tem sido comum a associação de vulnerabilidade com carência, e ao vermos esses indivíduos como carentes sociais, nossas práticas e projetos passam a ter caráter assistencialista e utilitarista, oferecendo como benesse aquilo que é de direito (CORREIA, 2008).

Outra ação muito em voga, que se refere à justificativa de políticas públicas e projetos sociais para o esporte e o lazer é “inclusão social”. Segundo Andrade de

Melo (2008), há que se ter cuidado com a “inclusão” que pretende se justificar como não tendo um fim em si mesmo, mas sim, como meio para alcance de outros objetivos mais amplos, como preparação para o exercício pleno da cidadania. Isso, de fato, incluiria proporcionar ao indivíduo o desenvolvimento de olhar crítico sobre a realidade que o cerca, e não adaptação incondicional, como ocorre, por exemplo, com a existência de propostas que crêem que vão incluir o indivíduo socialmente tendo em vista uma possibilidade bastante limitada e polêmica de inserção profissional.

Alem disso, há outros fatores preocupantes nessas políticas. A promoção da prática esportiva e de lazer tem se dado pela parceria entre os municípios e as empresas privadas, visto que não há uma diretriz nacional que norteie as políticas públicas (MENICUCCI, 2008) e parece que as entidades que financiam e orientam esses programas sócio-esportivos vislumbram, apenas, possibilidades do esporte como carreira a ser seguida pelos praticantes e não se interrogam sobre as possibilidades de frustração (VIANNA e LOVISOLO, 2009). Assim, essas propostas são pensadas com o intuito de fornecer oportunidades para que, ao exemplo de grandes astros oriundos de camadas populares, alguns alunos se tornem atletas profissionais de grandes clubes ou de importantes companhias mundiais, ganhando altos salários. Sem pensar, porém, que o processo seletivo acaba excluindo de forma muito pior (ANDRADE DE MELO, 2008).

São inúmeras as possibilidades de inclusão, de desenvolvimento pessoal e de relações entre as pessoas, através do esporte de lazer, mas para isso, é preciso proporcionar que ele seja realizado em sua amplitude: levando em consideração as subjetividades

dos praticantes, seus sentidos e significados pessoais, não levando apenas em consideração o interesse pelo rendimento.

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Ao procurar responder e descrever os questionamentos da pesquisa sobre a participação de meninos e meninas nos projetos sociais da Fundação Municipal de Esportes (FME) de Florianópolis (SC) optamos pela realização da pesquisa descritiva e empírica, na abordagem qualitativa.

Esta pesquisa compreendeu entrevistas semiestruturadas com questões abertas e fechadas, que foram respondidas após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), por quatro professores e/ou coordenadores (todos do sexo masculino) das práticas esportivas dos quatro projetos sociais que integravam o quadro da FME (Ciclista Cidadão; Grêmio Recreativo Samba Filhos da Lua; Karatê Cidadania; Programa de Integração Pelo Esporte) e, também, por dois alunos e duas alunas do Programa de Integração Pelo Esporte (PIPE): um aluno da turma masculina (15 anos), um aluno da turma mista (9 anos), uma aluna da turma feminina (11 anos) e uma aluna da turma mista (12 anos). Foram realizadas dez observações de práticas esportivas em três turmas matutinas: três observações em turma masculina, três observações em turma feminina, quatro observações em turma mista. As entrevistas foram gravadas e transcritas. As observações foram relatadas em diário de campo. Ambas, entrevistas e observações aconteceram durante o mês de outubro do ano de 2010. Para preservar o anonimato dos sujeitos, a identificação dos mesmos foi feita apenas através de números.

A análise dos dados ocorreu durante todo o processo de pesquisa, com reflexões sobre o apresentado nas entrevistas e nas observações. Para um maior aprofundamento das ideias essenciais, organizou-se o conteúdo das falas em unidades de análise, e/ou categorias com as quais buscamos entender os objetivos inicialmente propostos. O procedimento implicou a montagem de um quadro descritivo de cada observação, nos quais destacamos elementos significativos considerados importantes para a análise. Após, elaboramos um único quadro com os elementos significativos que se repetiram em todas as observações. O conteúdo significativo de cada entrevista foi organizado em quadros individuais. Os significados encontrados na análise dos dados levantados a cada instrumento, observações e entrevistas eram constantemente revisados, na perspectiva de cruzar de forma significativa os enunciados dos sujeitos (falas e expressões) e o quadro teórico significativo para essas unidades, como orienta Minayo (2006).

Na análise dos dados levantados nas falas, de professores e alunos e alunas, nas entrevistas, e nas observações das aulas, tentando perceber falas, gestos e atitudes que expressassem seu posicionamento segundo a temática abordada, foi possível evidenciar alguns paradoxos: igualdade/diferença, inclusão/exclusão, separação por sexo/convívio, entre outros. A partir daí, constituíram-se as principais unidades de significado com que se tenta dialogar neste espaço: discurso da inclusão e prática da exclusão; a efetiva separação e a possibilidade de convívio; discurso da igualdade e a suposta fragilidade feminina.

DISCURSO DA INCLUSÃO E PRÁTICA DA EXCLUSÃO

As falas dos professores e coordenadores foram marcadas de aspectos que a literatura da área tem trazido à reflexão, no tocante aos objetivos dos projetos sociais de esporte e lazer. Parece que a promoção desses passa a ser utilizada sob a condição de redentora social e se perde o sentido inicial de se assegurar um direito social. Não deixaram de surgir discursos para defender a ocupação do tempo livre como solução para evitar os problemas sociais diante do contexto da desigualdade social (MASCARENHAS apud CORREIA, 2008).

Nas entrevistas, evidenciou-se o discurso da inclusão, onde a intenção, quando se fala do projeto social, é incluir, integrar a criança e o jovem tidos como “em situação de vulnerabilidade” na sociedade. O Professor 3 falou que no seu projeto “*uma das coisas que a gente faz é bater um papo em relação a drogas, marginalidade, aqui se trabalha muito com disciplina*”. Para o Professor 4, esse aspecto, também, é um dos objetivos do seu projeto “*A gente tem palestras [...] que falam a respeito das drogas e da sexualidade*”. O Professor 2 entende que o projeto intenciona “*tirar as crianças da rua, [...] direcionando as crianças para outras coisas, que não a violência*”.

Dessa forma, é manifestado que o esporte é usado como uma ferramenta para atrair crianças e adolescentes para uma educação pautada em valores que possam manter a ordem moral da sociedade, como disciplina e afastamento das situações de risco, caracterizando o caráter assistencialista do projeto. Todavia, “a conquista da cidadania pelo esporte e lazer [...] requer ações que busquem a reversão de esquemas

assistencialistas e utilitaristas de exclusão e de tutela”, como diz Pinto (apud NORONHA, 2009, p.105).

Há ainda outro objetivo para os projetos sociais, segundo os professores e/ou coordenadores, o de buscar futuros atletas. Como afirmam os professores 3 e 4, respectivamente: *“Tem um objetivo que é social, o outro é angariar talentos”*; *“Tentar revelar algum possível atleta”*.

Segundo a Fundação Municipal de Esportes, esses projetos trabalham o esporte-participação, que Tubino (1996) caracterizou como aquele que tem fortes relações com o lazer e tem como propósitos descontração, diversão, desenvolvimento social e as relações entre as pessoas da comunidade. Porém, tanto as entrevistas quanto as observações das aulas, deixaram a ver a forma de esporte que vem sendo trabalhado dentro dos projetos, que visa o esporte-performance - com caráter competitivo e exercida segundo regras pré-estabelecidas aprovadas pelos organismos internacionais de cada modalidade (TUBINO, 1996) - que não traz elementos para que ocorra inclusão de fato e nem possibilita a vivência dos propósitos do esporte-participação.

Outro ponto excludente quanto ao esporte-performance trabalhado nos projetos sociais pesquisados pode ser pensado a partir do fato de que apenas um dos quatro projetos tinha uma turma mista. Será que separar meninos e meninas, não proporcionando o convívio em conjunto, ajuda a integrarem-se numa sociedade em que homens e mulheres devem viver juntos como cidadãos? Ao se manter a separação por sexo dentro do âmbito esportivo e de lazer, meninos e meninas saem prejudicados/as quanto à oportunidade de ampliarem suas possibilidades de movimento, gerando

desigualdades e/ou acentuando formas de exclusão.

A EFETIVA SEPARAÇÃO E A POSSIBILIDADE DE CONVÍVIO

Quando a aluna da turma feminina assume que é melhor fazer aula em separado dos meninos *“porque as meninas são meio fraquinhas e os meninos fortes”*, ela confirma o que Louzada e Devidé (2004) encontraram em seu estudo acerca das representações discentes sobre a separação das turmas por sexo: meninas justificaram a turma separada devido a diferenças de força, brutalidade. Quando o aluno da turma masculina entrevistado fala que *“pros homens o treino é mais puxado”*, trazem concordância ao mesmo estudo, onde os meninos justificaram que as aulas deles são separadas das meninas devido à maior intensidade em que acontecem. Em estudo semelhante, Louzada, Votre e Devidé (2007), apontaram que a justificativa, por parte de docentes, para a ocorrência de turmas separadas é semelhante a dos/as alunos/as.

Tanto as falas dos professores quanto do aluno e da aluna das turmas homogêneas por sexo revelaram a compreensão de que a separação das turmas ocorre devido às características biológicas distintas de cada sexo, que acabam sendo pensadas como determinantes do desempenho inferior das meninas. Em nenhum momento, professores e alunos/as desses projetos mencionaram que, se a prática não é uma sessão de treinamento esportivo, não se poderia pautar na separação dos sexos.

Os professores assumiram que os meninos se apresentam mais ativos, explorando mais o espaço e com desempenho superior em relação às meninas e isso nos

leva a perceber claramente a construção dos gêneros e como ela interfere na aprendizagem das práticas esportivas. Dados levantados por Helena Altmann e Eustáquia S. de Sousa (1999, p.) corroboram com essa atribuição de poder do homem sobre o espaço esportivizado, apontando que os meninos, por meio do esporte, ocupam espaços mais amplos que as meninas, o que está vinculado a imagens de uma masculinidade forte, violenta e vitoriosa.

Ainda segundo as autoras, esportes trabalhados no sentido competitivo, agressivo, violento, são considerados como a melhor iniciação à virilidade, pois os meninos são incitados a demonstrar publicamente seu desprezo pela dor, seu domínio corporal, sua força e vontade de ganhar e a imagem desse esporte continua afastando as meninas de sua prática.

Todavia, para o aluno e para a aluna da turma mista, ter aulas conjuntamente, meninos e meninas é interessante e apontam como sendo positiva a possibilidade de convívio. Para a aluna da turma mista, fazer aula em turma heterogênea quanto ao sexo *“é legal, porque aí a gente convive junto”*; para o aluno dessa mesma turma *“eu não acho difícil (conviver com as meninas), porque eu já aprendi [...] Acho que não precisava separar”*.

Porém, apesar dessas falas, com relação ao convívio entre meninas e meninos nas práticas da turma mista, percebeu-se que os únicos momentos em que ele acontece, de fato, são quando, por mediação do professor, formam-se grupos mistos para a realização de algum exercício. Então, concordamos com Auad (2003) que, percebendo o interesse das crianças em realizar práticas em conjunto, a turma mista é meio e pressuposto para haver co-educação.

Porém, na falta de objetivos definidos e reflexão pedagógica, não é suficiente.

DISCURSO DA IGUALDADE E A SUPOSTA FRAGILIDADE FEMININA

Segundo o Professor 2, que prefere trabalhar com as meninas, *“As meninas permanecem mais. São mais prestativas que os meninos, tem mais iniciativa, porque não sabem e querem aprender. Os meninos pensam que já sabem tudo [...] e não sabem. Elas querem aprender, é melhor para trabalhar”*.

A explicação sobre essa preferência não foi explorada na entrevista, mas entende-se que para as meninas, o esforço de aprender e o bom desempenho nas atividades esportivas pode significar “subir” a uma posição mais valorizada, se ultrapassarem alguns limites dos seus papéis sociais, enquanto que os meninos “pensam que já sabem tudo” refletindo a posição mais valorizada que os homens tradicionalmente ocupam nos esportes.

Como já discursado por Louzada; Votre; Devide (2007), professores sentem diferença no trabalho com meninos e meninas e essas diferenças acabam revelando desigualdades, tanto no trato pedagógico quanto no desenvolvimento das/os alunas/os. Para três, dos quatro professores, as meninas tem maior dificuldade e menor desempenho que os meninos. Porém, ao serem questionados sobre a participação das mulheres em práticas corporais no geral, também três professores apontaram que existe igualdade e equilíbrio de número de praticantes e desempenho entre homens e mulheres, ilustrando essa afirmação com o esporte de rendimento. Portanto, se afirmam que mulheres atletas batem recordes absurdos, entendemos que

não se pode sustentar um discurso de limitação e de “fragilidade feminina”.

Ainda que sua presença se apresente de forma crescente, a participação da mulher no esporte é apontada por Goellner (2004) como sendo menor que a participação dos homens. O discurso dos professores afirmou que nessa participação há equilíbrio e igualdade, porém, nos seus próprios projetos, apresentaram-se disparidades, reafirmando representações de gênero que geram desigualdades.

O Professor 1 apresentou a dança, além do esporte-performance, como outra prática corporal onde pode se encontrar um grande e equilibrado número de mulheres e homens. Todavia, as manifestações rítmicas e expressivas estiveram (e ainda estão) muito ligadas à feminilidade, onde os homens que se aventuram a praticar, tal como as mulheres no esporte, estão sujeitos ao olhar com estranhamento e carregado de preconceito, já que as vivências motoras como as oferecidas em ginástica e dança são sonegadas aos meninos, por serem atribuídas como formas de movimentação mais feminina (SARAIVA, 1999).

Para o Professor 4 *“fora do esporte de rendimento as mulheres são bem participativas, principalmente no que diz respeito ao culto ao corpo [...] estética”* e as atividades que atenderiam à esse objetivo e aparecem com mais frequência são as caminhadas, as ginásticas e, novamente, a dança. Isso vem de encontro com a hipótese de que as mulheres empreendem uma busca obsessiva pelo ideal estético, configurando, todavia, uma situação que impede tentativas de substituir ou transformar as relações de poder (MOURÃO; VASCONCELOS, 2008).

Apenas o Professor 3 acredita que ainda são poucas as mulheres que praticam

alguma atividade, seja pelo discurso da saúde, da estética ou do lazer. Ele atribui esse fato à dupla jornada de trabalho, que faz com que não sobre tempo à mulher. Ao se incorporar no mercado de trabalho remunerado, a mulher se sobrecarregou com jornadas intensas entre trabalho remunerado, organização do lar, criação dos filhos e cuidados com o marido, o que acarretou profunda mudança nas relações familiares (TRINDADE, 2008). Entendemos que uma melhor distribuição de tarefas dentro do ambiente doméstico e a superação do conceito de que os cuidados com a casa e a família são exclusividades da mulher, proporcionaria disponibilidade para que as mulheres pudessem assumir outras atividades que lhes proporcionassem o cuidado de si e suas vivências corporais.

Além da prática corporal, surgiu no discurso do Professor 2, a ascensão da mulher em programas de esporte no meio televisivo. Uma vez que, conforme já apresentado neste trabalho, o esporte-performance é um mundo masculino e quem apresentava resultados, críticas e crônicas esportivas eram os homens. Em analogia a esse fato, no que tange à ascensão da mulher na administração esportiva, em cargos de liderança e em posição de comando dentro dos clubes, no Brasil, a presença feminina atende a tendências ainda restritivas, pois, competem e participam de uma área criada e dominada pela perspectiva masculina (OLIVEIRA, 2004; MOURÃO e GOMES, 2004).

Parece que a busca pela prática esportiva por parte da mulher, aumentando a sua visibilidade, resulta mais de um esforço individual ou de pequenos grupos (de mulheres e também de homens) do que de políticas públicas de inclusão de

mulheres no âmbito esportivo e de lazer, como já apontou Goellner (2004). Nessa direção impele a fala do Professor 2 ao relatar que as meninas se portam com mais iniciativa, como quando foram solicitar que houvesse uma turma para elas também (o projeto Grêmio Recreativo Samba Filhos da Lua só tinha turmas masculinas), querendo aprender a modalidade.

Investigações como de Soares (apud SARAIVA, 1999), já apontaram a redução das diferenças entre atletas homens e mulheres, há algumas décadas, o que prova que não se pode estabelecer rigidamente limites entre diferenças de rendimento esportivo de homens e mulheres. Fica evidente que meninas e meninos têm plena capacidade de se desenvolverem dentro do esporte, anulando, no esporte livre do sentido de alta performance e rendimento, as limitações que os professores apontam como sendo inerente a elas e a eles e que, todavia, são advindas de construção social.

Também é sabido que o esporte pode ser sim, uma ferramenta para inclusão social, só que não sob o modelo de rendimento, como vem sendo trabalhado nos projetos sociais da FME de Florianópolis. Na perspectiva de um trabalho mais igualitário e desconstrutivo de relações hegemônicas, também nesses projetos a co-educação é um caminho, potencializando relações humanas para, em conjunto, poder buscar a igualdade de oportunidades, desconstruindo relações de poder e quebrando preconceito, como aponta Saraiva (1999).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apresentamos ao longo do trabalho, os projetos sociais se caracterizam como ações urgentes, de existência tempo-

rária e recursos limitados, que visam corrigir alguma carência ou deficiência das políticas públicas e um aspecto importante a ser ressaltado, a partir da presente pesquisa, é que a FME de Florianópolis tem executado seus projetos por tempo indefinido e esses não estão vinculados a algum programa social calcado num contexto mais amplo de trabalho em comunidades “vulneráveis”. No caso do PIPE, a prática esportiva calca-se nos interesses das empresas privadas as quais se associa.

Ainda que sob a configuração inicial de esporte de participação, as práticas esportivas nos projetos sociais da FME de Florianópolis não demonstraram, nem pelo discurso dos professores, nem pela prática das aulas, afastamento do esporte de rendimento. Ao entender que o objetivo inicial dos projetos é a inclusão social, percebe-se que o esporte-performance não é a melhor ferramenta para esse fim, pois exclui os/as menos habilitados/as fisicamente. Esta configuração de esporte acaba por excluir também as meninas, pois ainda tem características de um esporte masculino, carregado de estereótipos mantenedores da relação social de superioridade do homem sobre a mulher.

Entendendo que os papéis sexuais refletem na percepção que cada indivíduo tem de si ao se movimentar, na perspectiva co-educativa de entender o outro e ter a possibilidade de experimentar os mesmos movimentos, pode-se tanto transformar a conduta designada para cada sexo, construída socialmente, como desconstruir os estereótipos sexuais que limitam as condutas. Dessa forma, ampliam-se as possibilidades de vivências das práticas esportivas e aí, por meio delas, pode-se proporcionar o desenvolvimento pessoal e das relações entre as pessoas.

REFERÊNCIAS

- ADELMAN, Miriam. Mulheres atletas: re-significações da corporalidade feminina. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 445-465, dez.2003.
- ALTMANN, Helena; SOUZA, Eustáquia Salvadora de. Meninos e meninas: expectativas corporais e implicações na educação física escolar. **Cadernos Cedex**, ano XIX, n. 48, agos. 1999.
- ANDRADE DE MELO, Victor. **Projetos sociais de esporte e lazer: reflexões, inquietações e sugestões**. Em <http://quadersanimacio.net>, n. 7, jan. 2008.
- ANDRADE DE MELO, Victor e ALVES JÚNIOR, Edmundo de Drumond. **Introdução ao Lazer**. Barueri. Manole, 2003.
- ARAÚJO, Maria de Fátima. Diferença e Igualdade nas Relações de Gênero: Revisitando o Debate. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 41-52, 2005.
- ARMANI, D. **Como elaborar projetos?** Guia Prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.
- BRASIL. Constituições: **República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- CORREIA, Marcos Miranda. Projetos sociais em educação física, esporte e lazer: reflexões e considerações para uma gestão socialmente comprometida. **Arquivos em Movimento**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, jan./jun.2008.
- DEVIDE, Fabiano Pires. A natação como elemento da cultura física feminina no início do século XX: construindo corpos saudáveis, belos e graciosos. **Movimento**, Porto Alegre, v.10, n.2, maio/agos. 2004.
- DEVIDE, Fabiano Pires. **Gênero e Mulheres no Esporte: história das mulheres nos jogos olímpicos modernos**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.
- GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulher e esporte no Brasil: uma história generificada. In: **O Mundo Psicossocial da Mulher no Esporte: comportamento, gênero, desempenho**. SIMÕES, A. C., KNIJNIK, J.D. (org.). São Paulo: Aldeph, 2004.
- GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história. **Pensar a Prática**, Goiânia, v.8, n.1, p.85-100, jan./jun. 2005.
- LOUZADA, Mauro; DEVIDE, Fabiano. Representações sociais de discentes sobre as aulas de educação física escolar mistas e separadas por sexo. In: **Encontro Fluminense de Educação Física Escolar, 2004**. Niterói. Anais. Niterói: UFF, v.1, p. 322-327, 2004.
- LOUZADA, Mauro; VOTRE, Sebastião; DEVIDE, Fabiano. Representações de docentes acerca da distribuição dos alunos por sexo nas aulas de educação física. In: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 28, n. 2, p. 55-68, jan. 2007.
- MENICUCCI, Telma. Políticas Públicas de Lazer: questões analíticas e desafios políticos. In: ISAYAMA, Helder e LINHALES, Meily (org). **Sobre Lazer e Política: maneiras de ver, maneiras de fazer**. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2006.
- MENICUCCI, Telma. Políticas de Esporte e Lazer: o estado da arte e um objeto em construção. In: ISAYAMA, Hélder

- e LINHALES, Meily (org). **Avaliação de políticas e políticas de avaliação:** questões para o esporte e o lazer. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2008.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 9 ed. São Paulo; São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2006.
- MOURÃO, Ludmila; GOMES, Euza Maria de Paiva. Mulheres na administração esportiva brasileira: uma trajetória em curso. In: **O Mundo Psicossocial da Mulher no Esporte:** comportamento, gênero, desempenho. SIMÕES, A. C., KNIJNIK, J.D. (org.). São Paulo: Aldeph, 2004.
- MOURÃO, Ludmila; VASCONCELOS, Renata Veloso. Corpo e estética de mulheres na *fitness*. In: **O Universo do Corpo:** masculinidades e feminilidades. ROMERO, Elaine; PEREIRA, Erik Giuseppe B. (org.). Rio de Janeiro: Shape, 2008.
- NORONHA, Vânia. **Pensando sobre políticas públicas de lazer para juventudes em contexto de vulnerabilidade social:** contribuições a partir de pesquisa em Ribeirão das Neves – Minas Gerais. NORONHA, Vânia (org.). Belo Horizonte: Editora, 2009.
- OLIVEIRA, Gabriela Aragão Souza de. Mulheres enfrentando o desafio da inserção, ascensão e permanência no comando de equipes esportivas de alto nível. In: **O Mundo Psicossocial da Mulher no Esporte:** comportamento, gênero, desempenho. SIMÕES, A. C., KNIJNIK, J.D. (org.). São Paulo: Aldeph, 2004.
- SARAIVA, Maria do Carmo, **Co-educação física e esportes.** Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1999.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 16, n. 2, p. 5-22, Porto Alegre, jul./dez. 1990.
- SCOTT, Joan. Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista. In: **Debates Feministas:** cidadania e feminismo. México: Metis Productos Culturales SA, 1999.
- SCOTT, Joan. O Enigma da Igualdade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-30, jan./abr. 2005.
- SUASSUNA, Dulce et al. O ministério do esporte e a definição de políticas para o lazer. In: SUASSUNA, Dulce e AZEVEDO, Aldo. **Política e Lazer:** Interfaces e perspectivas (org.). Brasília, Thesaurus, 2007.
- TRINDADE, Roberta Carolina Valle da. Atletas e mães – a dupla jornada. In: **O Universo do Corpo:** masculinidades e feminilidades. ROMERO, Elaine; PEREIRA, Erik Giuseppe B. (org.). Rio de Janeiro: Shape, 2008.
- TUBINO, Manoel José Gomes. **Repensando o Esporte Brasileiro**, São Paulo: IBRASA, 1988.
- TUBINO, Manoel José Gomes. **O Esporte no Brasil, do Período Colonial aos Nossos Dias**, São Paulo: IBRASA, 1996.
- VIANNA, José Antonio; LOVISOLO, Hugo Rodolfo. Projetos de Inclusão Através do Esporte: notas sobre avaliação. **Movimento**, Porto Alegre, v.15, n.03, p. 145-162, jul./set. 2009.

THE PARTICIPATION OF BOYS AND GIRLS IN THE SOCIAL PROJECTS OF THE MUNICIPAL SPORTS FOUNDATION OF FLORIANÓPOLIS

ABSTRACT

Under the understanding that a moving body establishes gender relations that reflect into the perception each individual has of yourself while moving and under the understanding that sport and leisure (rights established by the State) are important expressions of the culture of movement, we investigated, through semi-structured interviews and observations, the participation of boys and girls as beneficiaries in social projects of public policies of sport and leisure of the Municipal Sports Foundation of Florianópolis/SC. Concluding that the sport in the Foundation does not stay away from the meaning of the performance sport, we perceived elements that maintain the social relation of the power of man over woman.

Keywords: Gender Relations; Sports and Leisure; Social Projects.

Recebido em: março/2012.

Aprovado em: junho/2012.